



**Processo nº:** 3.362/04 (um anexo)  
**Origem:** Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF  
**Assunto:** Auditoria de Regularidade  
**MP:** Procurador INÁCIO MAGALHÃES FILHO  
**Órgão Técnico:** 4ª ICE  
**Publicado:** Pauta nº 44  
**DODF Nº:** 129 de 11/07/2005  
**Ementa:** Auditoria de Regularidade realizada pela 4ª ICE no CBMDF, abrangendo o exame de processos de reformas, pensões militares e respectivas revisões. Constatação de falhas. PARECERES CONVERGENTES. Diligência saneadora e adoção de medidas tendentes ao aperfeiçoamento do exame das concessões.

## RELATÓRIO

Cuidam os autos da Auditoria de Regularidade realizada pela 4ª ICE no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF, abrangendo o exame de processos de reformas, pensões militares e respectivas revisões.

2. Inúmeras falhas foram detectadas pela equipe designada para a realização da Auditoria, entre elas o acúmulo de percentuais no cálculo do Adicional de Certificação Profissional, regulamentado de forma incorreta pela Portaria CBMDF nº 11/03.

## MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

3. A instrução propõe diligência para que sejam efetuadas correções em vários processos. Propõe, ainda, a instrução que o Tribunal autorize a adoção de providências para o credenciamento de servidores da Casa junto ao SIAPE (Sistema de Recursos Humanos do Governo Federal), com vistas ao exame dos pagamentos efetuados aos policiais civis e militares e do pessoal do CBMDF.

4. A Sra. Inspetora da 4ª ICE concorda com a instrução, mas acrescenta sugestão no sentido de que o Tribunal tenha por incorreta a regulamentação feita pela Portaria CBMDF nº 11/03, que permite o acúmulo de percentuais no cálculo do Adicional de Certificação Profissional.



## MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

5. O Ministério Público, em Parecer da lavra do Dr. INÁCIO MAGALHÃES FILHO (fls. 381/386), endossa as conclusões da instrução, com o acréscimo sugerido pela Sra. Inspetora, mas pugna pela sustação imediata dos efeitos da multicitada Portaria nº 11/03.

6. Do mencionado Parecer destaco o seguinte trecho:

*“9. As considerações do corpo instrutivo não merecem reparos por parte do Ministério Público. O Parquet entende que apenas deva acrescentar alguns comentários, acerca do Adicional de Certificação Profissional.*

*10. Em realidade, esse assunto mereceu atenção da Corte em outro Processo (nº 1284/03), oportunidade em que o Tribunal, por meio da Decisão nº 561/05, considerou incorreta a regulamentação efetivada pela Portaria-PMDF nº 377, de 02.04.2003, que permite o acúmulo de percentuais no cálculo do Adicional de Certificação Profissional, por tipo de curso realizado pelo militar, na forma prescrita pela Lei nº 10.486/2002 e pelo Decreto nº 23.990, de 22.08.2003, mormente por contrariar o princípio da legalidade recente e reiterada jurisprudência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (Mandados de Segurança nºs 20030020004610, 20020020042678 e 20020020053946).*

*11. Essa decisão foi objeto de pedido de reexame interposto pela Polícia Militar do Distrito Federal, estando, no momento, com seus efeitos suspensos (Decisão nº 1704/05). Todavia, o processo ora em análise diz respeito ao Corpo de Bombeiros Militar do DF, logo, não lhe aproveita o efeito conseguido pela Polícia Militar do Distrito Federal. Assim, é necessário que o Tribunal pronuncie-se a respeito da Portaria CBMDF nº 11, de 31/03/2003, que permitiu, no âmbito do CBMDF, o acúmulo de percentuais do Adicional de Certificação Profissional, tal qual o sugerido pela titular da 4ª ICE, no sentido de coibir, de imediato, o pagamento do referido adicional na forma como está sendo feita atualmente.*

*12. Note-se que o pagamento mensal de percentuais acumulados do Adicional de Certificação Profissional causa prejuízos consideráveis ao erário distrital, justificando, pois, que a Corte suste cautelarmente tal prática. A propósito da competência dos Tribunais de Contas para deferir medidas cautelares, convém anotar o entendimento do ilustre Ministro Celso de Mello sobre o tema, no MS nº 24.510-7, julgado pelo Excelso Pretório:*

*(...) se as Cortes de Contas têm legitimidade para determinar que os órgãos ou entidades da Administração interessada adotem as medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, com maior propriedade possuem legitimidade para a expedição de medidas cautelares, como a ora impugnada, a fim de prevenir a ocorrência de lesão ao erário ou a direito alheio, bem como garantir a efetividade de suas decisões.*

*13. O posicionamento da Corte Suprema decorre da interpretação do artigo 71, IX, da Carta Política, que no âmbito distrital*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO AUDITOR JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS-AZ

Fls.: 390  
Proc: 3362/04  
\_\_\_\_\_  
Rubrica

*encontra guarida também no artigo 1º, X, da Lei Complementar nº 01/94.*

*14. Ex positis, o Ministério Público acolhe as sugestões do corpo instrutivo relacionadas às fls. 364/374, com o acréscimo proposto pela Inspetora da 4ª ICE ( fls. 377/378), com o adendo de que a Corte deva sustar, cautelarmente, os efeitos do artigo 2º da Portaria nº 11/2003 do CBMDF, que permite o pagamento acumulado dos percentuais relativos ao Adicional de Certificação Profissional, instituído pelo artigo 3º, III, da Lei nº 10.486/02.”*

É o Relatório.



## **VOTO**

Acolho os Pareceres e VOTO no sentido de que o Tribunal:

I) tome conhecimento do Relatório de Auditoria de fls. 304/374, bem como dos procedimentos adotados pelo CBMDF em atendimento às determinações proferidas nos processos mencionados no citado Relatório (fls. 310/349), considerando-as cumpridas, à exceção da Decisão nº 5.212/03;

II) recomende ao CBMDF que:

- a) adote postura de maior proximidade junto ao administrador do sistema SIAPE, objetivando, dentre outros, o estabelecimento, ou a correta persecução, de rotinas de controles do sistema, o pronto saneamento de problemas decorrentes, bem como a realização de cursos e treinamentos para os militares que operam o sistema, para seu melhor aproveitamento;
- b) reitere os termos do Ofício nº 449/2004-SCCI/DIP – CBMDF ao administrador do SIAPE, caso não tenha, ainda, sido resolvida a questão da proporcionalidade da Gratificação de Condição Especial de Função Militar – GCEF, quando os proventos são calculados proporcionalmente;

III - determine ao CBMDF que promova as medidas abaixo, fazendo constar, dos próprios processos os procedimentos implementados e informe ao Tribunal no prazo de sessenta (60) dias:

- a) esclareça, levando-se em conta o teor da Lei nº 10.874/2004, a razão de não ter sido considerada na base de cálculo do Auxílio-Invalidez o valor da GCEF, conforme constatado nos demonstrativos de pagamento dos militares que percebem Auxílio-Invalidez;
- b) justifique, circunstanciadamente, a razão da equivalência dos Cursos de Formação de Cabos e de Formação de Cabos Especial a Curso de Habilitação ou Especialização (Lei nº 10.486/2002), indicada na Portaria CBMDF nº 12, de 31.03.03, que permitiu o pagamento adicional de 15% no cálculo do Adicional de Certificação Profissional, tendo em conta o entendimento manifestado no relatório de auditoria, bem como o fato de que, na Polícia Militar do DF, por meio da Portaria PMDF nº 359, de 31.07.02, os



Cursos de Formação de Cabos e de Formação de Cabos Especial são considerados equivalentes a Curso de Formação;

- c) adote as providências indicadas, necessárias ao exato cumprimento da legislação pertinente, relativas aos interessados, na forma a seguir disposta:

1) ADÃO ANTÔNIO LOURENÇO (2037/97 – TCDF e 53.000.066/97 – GDF):

1.1) comprovar a conclusão de curso específico de habilitação ou especialização, correspondente ao percentual de 15% no cálculo do Adicional de Certificação Profissional;

2) ADEMAR CASTILHO DE MORAIS (3095/98 – TCDF e 53.000.953/94 – GDF):

2.1) comprovar a conclusão de curso específico de habilitação ou especialização, correspondente ao percentual de 15% no cálculo do Adicional de Certificação Profissional;

3) ADER TADEU BARROSO MEDINA (1894/89 – TCDF e 53.000.164/89 – GDF):

3.1) comprovar a conclusão de curso específico de habilitação ou especialização, correspondente ao percentual de 15% no cálculo do Adicional de Certificação Profissional;

4) ALVANINE DE SOUZA NUNES e VANDA FERREIRA NUNES DAIHA (INSTITUIDOR: WALTER MACEDO NUNES) (579/96 – TCDF e 53.001.420/95 – GDF):

4.1) reduzir o valor da pensão militar pago à VANDA FERREIRA NUNES DAIHA de 100% para 16,66% do valor total do montante pensional;

4.2) corrigir o valor do Auxílio-Moradia para fixá-lo considerando o militar com dependente;

4.3) comprovar a conclusão de curso específico de habilitação ou especialização, correspondente ao percentual de 15% no cálculo do Adicional de Certificação Profissional;

5) ARIETE CARREIRA TOLEDO (INSTITUIDOR: ADHERBAL TOLEDO) (843/04 – TCDF e 53.000.619/02 –



GDF):

5.1) comprovar a conclusão de curso de formação e de curso específico de habilitação ou especialização, correspondentes aos percentuais de 10% e 15%, respectivamente, no cálculo do Adicional de Certificação Profissional;

6) DARCY DE OLIVEIRA (1361/95 – TCDF e 53.000.706/86 – GDF):

6.1) comprovar a conclusão de curso específico de habilitação ou especialização, correspondente ao percentual de 15% no cálculo do Adicional de Certificação Profissional;

7) EDINALDO FAUSTINO MACEDO (4544/98 - TCDF e 53.000.260/98 – GDF):

7.1) reduzir o percentual do Adicional de Tempo de Serviço de 10% para 9%;

8) EDMAR RODRIGUES ROCHA (4545/98 – TCDF e 53.000.530/98 – GDF):

8.1) comprovar a conclusão de curso específico de habilitação ou especialização, correspondente ao percentual de 15% no cálculo do Adicional de Certificação Profissional;

9) EDNAIR SOARES VIEIRA e BRÍGIDA MARIA DOS REIS (INSTITUIDOR: MANOELITO AROUCA DA VITÓRIA) (2923/97 – TCDF e 53.000.715/97 – GDF):

9.1) corrigir o valor do Auxílio-Moradia para fixá-lo considerando o militar com dependente;

9.2) comprovar a conclusão de curso específico de habilitação ou especialização, correspondente ao percentual de 15% no cálculo do Adicional de Certificação Profissional;

10) EDSON ALVES DE OLIVEIRA (3462/98 – TCDF e 53.000.389/98 – GDF):

10.1) comprovar a conclusão de curso específico de habilitação ou especialização, correspondente ao percentual de 15% no cálculo do Adicional de Certificação Profissional;



**11) ELIAS ALVES DE LIMA (6554/96 – TCDF e 53.000.599/96 – GDF):**

11.1) apresentar Ata de Inspeção de Saúde referente à convocação para exame médico feita em 30.06.04, com o propósito de averiguar a necessidade de manutenção do pagamento da parcela Auxílio-Invalidez, em atendimento ao item “II” da Decisão nº 5.212/2003;

11.2) comprovar a conclusão de curso específico de habilitação ou especialização, correspondente ao percentual de 15% no cálculo do Adicional de Certificação Profissional;

**12) EVANDRO LOURENÇO ARRUDA (5965/96 – TCDF e 53.000.570/96 – GDF):**

12.1) fixar o valor da parcela Gratificação de Condição Especial de Função Militar – GCEF em consonância com a proporcionalidade dos proventos de reforma (19/30 – dezenove trinta avos);

12.2) comprovar a conclusão de curso específico de habilitação ou especialização, correspondente ao percentual de 15% no cálculo do Adicional de Certificação Profissional;

**13) FRANCISCO GOMES (4171/96 – TCDF e 325.027/83 – GDF):**

13.1) corrigir o percentual do Adicional de Tempo de Serviço para 27%, visto que o período de trabalho prestado à Prefeitura Municipal de Uiraúna/PB deve ser computado apenas para fins de inatividade, de acordo com o que preceitua o § 2º do artigo 123 da Lei nº 7.479/86;

13.2) comprovar a conclusão de curso de formação, de curso específico de habilitação ou especialização, e de curso de aperfeiçoamento, correspondentes aos percentuais de 10%, 15% e 20%, respectivamente, totalizando 45%, no cálculo do Adicional de Certificação Profissional;

**14) GERALDO MAGELA MENDES (2039/97 – TCDF e 53.000.047/97 – GDF):**

14.1) comprovar a conclusão de curso





específico de habilitação ou especialização, correspondente ao percentual de 15% no cálculo do Adicional de Certificação Profissional;

15) GUTEMBERG SANTOS (5098/98 – TCDF e 53.000.678/98 – GDF):

15.1) comprovar a conclusão de curso específico de habilitação ou especialização, correspondente ao percentual de 15% no cálculo do Adicional de Certificação Profissional;

16) ILVAIR VICENTE DE SOUZA (3243/95 – TCDF e 53.000.191/95 – GDF):

16.1) fixar o valor da parcela Gratificação de Condição Especial de Função Militar – GCEF em consonância com a proporcionalidade dos proventos de reforma (14/30 – quatorze trinta avos);

16.2) comprovar a conclusão de curso específico de habilitação ou especialização, correspondente ao percentual de 15% no cálculo do Adicional de Certificação Profissional;

17) ITAMAR BARBOSA FREITAS (965/98 – TCDF e 53.000.878/97 – GDF):

17.1) comprovar a conclusão de curso específico de habilitação ou especialização, correspondente ao percentual de 15% no cálculo do Adicional de Certificação Profissional;

18) JOAB AUGUSTO MOREIRA (964/98 – TCDF e 53.001.421/97 – GDF):

18.1) comprovar a conclusão de curso específico de habilitação ou especialização, correspondente ao percentual de 15% no cálculo do Adicional de Certificação Profissional;

19) JOEL ALVES XIMENES (892/98 – TCDF e 53.001.425/97 – GDF):

19.1) majorar o percentual do Adicional de Tempo de Serviço de 10% para 12%;

19.2) comprovar a conclusão de curso específico de habilitação ou especialização, correspondente ao percentual de 15% no cálculo do





Adicional de Certificação Profissional;

20) JOSÉ JANDUY FERNANDES (2646/97 – TCDF e 53.000.867/86 – GDF):

20.1) comprovar a conclusão de curso específico de habilitação ou especialização, correspondente ao percentual de 15% no cálculo do Adicional de Certificação Profissional;

21) JOSÉ RUBENS CHAGAS COUTINHO (4896/97 – TCDF e 53.000.929/97 – GDF):

21.1) fixar o valor da parcela Gratificação de Condição Especial de Função Militar – GCEF em consonância com a proporcionalidade dos proventos de reforma (20/30 – vinte trinta avos);

21.2) comprovar a conclusão de curso específico de habilitação ou especialização, correspondente ao percentual de 15% no cálculo do Adicional de Certificação Profissional;

22) JÚLIO CÉSAR DA SILVA (792/97 – TCDF e 53.000.015/97 – GDF):

22.1) comprovar a conclusão de curso específico de habilitação ou especialização, correspondente ao percentual de 15% no cálculo do Adicional de Certificação Profissional;

23) LAURINHO CÂNDIDO DA COSTA (1190/95 – TCDF e 53.000.005/95 – GDF):

23.1) fixar o valor da parcela GCEF em consonância com a proporcionalidade dos proventos de reforma (16/30 – dezesseis trinta avos);

23.2) comprovar a conclusão de curso específico de habilitação ou especialização, correspondente ao percentual de 15% no cálculo do Adicional de Certificação Profissional;

24) MANOEL BAPTISTA DE LIMA (3727/97 – TCDF e 53.000.795/97 – GDF):

24.1) comprovar a conclusão de curso específico de habilitação ou especialização, correspondente ao percentual de 15% no cálculo do Adicional de Certificação Profissional;



**25) MANOEL NOGUEIRA DE LIMA (3461/98 – TCDF e 53.000.179/98 – GDF):**

25.1) fixar o valor da parcela Gratificação de Condição Especial de Função Militar – GCEF em consonância com a proporcionalidade dos proventos de reforma (12/30 – doze trinta avos);

25.2) comprovar a conclusão de curso específico de habilitação ou especialização, correspondente ao percentual de 15% no cálculo do Adicional de Certificação Profissional;

**26) MOISÉS CAPO DA SILVA (1611/98 – TCDF e 53.000.023/98 – GDF):**

26.1) comprovar a conclusão de curso específico de habilitação ou especialização, correspondente ao percentual de 15% no cálculo do Adicional de Certificação Profissional;

**27) NEWMAN DE OLIVEIRA CUNHA (364/98 – TCDF e 53.001.169/97 – GDF):**

27.1) comprovar a conclusão de curso específico de habilitação ou especialização, correspondente ao percentual de 15% no cálculo do Adicional de Certificação Profissional;

**28) NEWTON RAYMUNDO DE VASCONCELOS (3056/97 – TCDF e 350957/97 – GDF):**

28.1) fixar o valor da parcela Gratificação de Condição Especial de Função Militar – GCEF em consonância com a proporcionalidade dos proventos de reforma (23/30 – vinte e três trinta avos);

28.2) comprovar a conclusão de curso específico de habilitação ou especialização, correspondente ao percentual de 15% no cálculo do Adicional de Certificação Profissional;

**29) OSANA RODRIGUES DA SILVA SANTOS (INSTITUIDOR: ANTÔNIO ALVES DOS SANTOS) (142/04 – TCDF e 53.000.351/01 – GDF):**

29.1) comprovar a conclusão de curso específico de habilitação ou especialização, correspondente ao percentual de 15% no cálculo do Adicional de Certificação Profissional;



29.2) corrigir o valor do Auxílio-Moradia para adequá-lo ao constante na Tabela III do Anexo IV da Lei nº 10.486/2002;

30) OSMAR COSTA REIS (4139/98 – TCDF e 53.000.529/98 – GDF):

30.1) comprovar a conclusão de curso específico de habilitação ou especialização, correspondente ao percentual de 15% no cálculo do Adicional de Certificação Profissional;

31) PAULO NOTTES DOS SANTOS (4371/98 – TCDF e 53.000.254/89 – GDF):

31.1) comprovar a conclusão de curso específico de habilitação ou especialização, correspondente ao percentual de 15% no cálculo do Adicional de Certificação Profissional;

32) PEDRO AMORIM FILHO (1793/94 – TCDF e 53.000.426/93 – GDF):

32.1) corrigir o valor do Auxílio-Invalidez, a fim de que o mesmo represente 10% da remuneração do inativo, em conformidade com o disposto na Tabela V do Anexo IV da Lei nº 10.486/2002 ;

32.2) comprovar a conclusão de curso específico de habilitação ou especialização, correspondente ao percentual de 15% no cálculo do Adicional de Certificação Profissional;

33) PEDRO SATRE DE SOUZA (8271/96 – TCDF e 53.001.039/96 – GDF):

33.1) comprovar a conclusão de curso específico de habilitação ou especialização, correspondente ao percentual de 15% no cálculo do Adicional de Certificação Profissional;

34) SEBASTIÃO PEREIRA DA SILVA (3460/98 – TCDF e 53.000.298/98 – GDF):

34.1) comprovar a conclusão de curso específico de habilitação ou especialização, correspondente ao percentual de 15% no cálculo do Adicional de Certificação Profissional;

35) SHIRLEY LANINI NUNES (INSTITUIDOR: CÁSSIO



LANINI NUNES) (615/2001 – TCDF e 53.001.165/00 – GDF):

35.1) comprovar a conclusão de curso específico de habilitação ou especialização, correspondente ao percentual de 15% no cálculo do Adicional de Certificação Profissional;

36) VANIRSON FRANCISCO DA SILVA (3458/98 – TCDF e 53.000.259/98 – GDF)

36.1) corrigir o percentual do Adicional de Tempo de Serviço, elevando-o de 10% para 12%;

36.2) comprovar a conclusão de curso específico de habilitação ou especialização, correspondente ao percentual de 15% no cálculo do Adicional de Certificação Profissional;

IV- autorize a 4ª ICE a incluir em futura auditoria os Processos nºs: 601/2001-TCDF (53.001.168/2000-GDF), 4185/96-TCDF (53.000.167/96-GDF), 1109/2003-TCDF (53.000.662/2000-GDF), 5097/98-TCDF (53.000.571/98-GDF), 8272/96-TCDF (53.001.045/96-GDF), 106/99-TCDF (53.001.130/94-GDF), 946/2003-TCDF (53.000.843/2000-GDF), 1659/2003-TCDF (53.000.370/2000-GDF), 7204/96-TCDF (53.000.826/96-GDF), 3241/95-TCDF (53.000.272/95-GDF), 5432/98-TCDF (53.000.924/98-GDF) e 840/95-TCDF (53.001.122/94-GDF), por não terem sido disponibilizados para exame na realização da auditoria;

V - autorize a adoção de providências, por parte dos Serviços Auxiliares deste Tribunal, com vistas ao credenciamento junto ao SIAPE – Sistema de Recursos Humanos do Governo Federal, de modo a que se tenha acesso a esse sistema na forma de consulta aos demonstrativos de pagamento dos policiais civis e militares e dos bombeiros militares do DF e respectivos pensionistas, que têm seus pagamentos gerados por esse sistema, permitindo e facilitando o competente exame dos processos sobre concessões de que tratam essas jurisdicionadas;

VI – por força das disposições do art. 41, parágrafo 2º, da Lei Complementar nº 1/94, autorize o envio de cópias do relatório de auditoria (fls. 304/374) ao Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do DF para conhecimento e ao CBMDF, com o fim de subsidiar a implementação das medidas determinadas;

VII - tenha por incorreta a regulamentação efetivada pela Portaria-CBMDF nº 11, de 31-03-2003, que permite o acúmulo de percentuais no cálculo do Adicional de Certificação Profissional,



por tipo de curso realizado pelo militar, na forma prescrita pela Lei nº 10.486/2002 e pelo Decreto nº 23.990, de 22-08-2003, mormente por contrariar o princípio da legalidade e recente e reiterada jurisprudência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (Mandados de Segurança nºs 20030020004610, 20020020042678 e 20020020053946), conforme entendimento adotado na Decisão nº 561/2005, exarada no Processo nº 1.284/03;

VIII - determine, cautelarmente, a sustação dos efeitos do artigo 2º da Portaria nº 11/2003, do CBMDF, que permite o pagamento acumulado dos percentuais relativos ao Adicional de Certificação Profissional, instituído pelo artigo 3º, III, da Lei nº 10.486/02.

Sala das Sessões, 14 de julho de 2005.

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
**Conselheiro, em substituição (CJF)**  
**Relator**